



Associação Nacional dos Servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público

Ofício nº 021/2024-PR

Brasília, 14 de Maio de 2024.

Excelentíssimo Senhor
Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República
Brasília - DF

Assunto: **Auxílio-moradia e antecipação da 2ª parcela do 13º salário aos servidores públicos do Ministério Público da União no Estado do Rio Grande do Sul.**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Cumprimentando-o cordialmente, a Presidência da **ANASTIC – Associação Nacional dos Servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público**, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vem, por meio do presente, solicitar à Vossa Excelência a **revisão da portaria referente ao auxílio-moradia destinado aos servidores do Ministério Público da União no Estado do Rio Grande do Sul.**

CONSIDERANDO os recentes desastres naturais que assolaram o estado, oficialmente reconhecidos como calamidade pública pelo Governo Federal e referendados pelo Congresso Nacional, os quais resultaram em perdas habitacionais significativas aos nossos servidores, solicitamos a adequação, em regime de urgência, dos critérios, valores e de elegibilidade para a concessão do referido auxílio-moradia aos servidores do MPU – Ministério Público da União lotados no Estado do Rio Grande do Sul. Propomos ainda, que o critério para o cálculo do auxílio seja pautado no vencimento do servidor além de que a possibilidade de acesso a esse benefício seja dada a



Associação Nacional dos Servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público

quem está lotado e/ou residindo em área atingida por calamidade pública. Acreditamos que essas mudanças assegurarão um suporte condizente àqueles que perderam suas residências e se encontram no enfrentamento dessa tormenta.

As consequências das enchentes afetaram de forma devastadora diversos municípios do Rio Grande do Sul, resultando em mais de 315 mil pessoas desalojadas, isso sem contar os iminentes riscos de deslizamentos de terra. Diante desse cenário crítico, torna-se imprescindível que o Ministério Público da União ajuste suas políticas a fim de oferecer uma assistência efetiva aos servidores impactados.

Colocamo-nos à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais e colaborar no que for necessário para agilizar essa medida de extrema importância.

Desde já, agradecemos a atenção dispensada a esta solicitação de caráter humanitário urgente e aguardamos, com expectativa, uma resposta favorável dessa Procuradoria-Geral da República.

Respeitosamente,

Robson Magalhães Alves
Presidente da ANASTIC

Carlos Eduardo Espíndola
2º Vice-Presidente da ANASTIC